

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

DATA: 24/06/2019

Prezados Senhores representantes dos funcionários e do Sincohab

Ao longo de reuniões e assembleias realizadas, vimos através deste apresentar a contraproposta de Acordo Coletivo de Trabalho para os anos de 2019/2021, à proposta inicial dos funcionários e do SINCOHAB, apresentada em 05 de abril de 2019, em que foi introduzida oficialmente no SEI sob o nº COHAB.2019.00000407-82.

A reunião que resultou nesta contraproposta foi realizada em 19/06/2019 no Gabinete da Presidência desta Cohab Campinas com a presença dos seguintes representantes: Vinicius Issa Lima Riverete – Diretor Presidente COHAB Campinas; Antônio Abreu de Lucena Filho - Diretor Comercial Administrativo e Financeiro e José Rafael Ferreira Ielo – Diretor Executivo do SINCOHAB e Samuel Fernandes de Jesus – Diretor Regional do SINCOHAB; e participação parcial da Diretora Jurídica Michele Veloso S. Barbieri.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

ACORDO COLETIVO ATUAL	PROPOSTA patronal 01/05/19 a 30/04/21
<p>1ª - REAJUSTE: A partir de 01 de Maio de 2019, os salários dos empregados, abrangidos pelo presente Acordo Coletivo de Trabalho, serão reajustados em 10,00% sobre os salários praticados em 30 de abril de 2019.</p>	<p>1ª REAJUSTE: <i>Os salários serão reajustados em 4,47% a partir de dezembro de 2019 incluindo o 13º salário até 30 de abril de 2020.</i></p>
<p>2ª - PISO SALARIAL: Os pisos salariais qualificados e não qualificados considerada a data base de 01/05/2019 a) Piso Não qualificado: R\$ 1.488,84 (um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e quatro centavos); b) Piso qualificado: R\$ 1.688,44 (um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos)</p>	<p>2ª PISO SALARIAL: <i>Os pisos salariais serão reajustados em 4,47% a partir de dezembro de 2019 incluindo o 13º salário até 30 de abril de 2020.</i></p>
<p>3ª- RECONHECIMENTO DATA BASE: As partes reconhecem, como sendo 1º de maio, a data base dos empregados da COHAB/CAMPINAS.</p>	<p>3ª RECONHECIMENTO DATA BASE: <i>A COHAB Campinas reconhece os termos deste Acordo Coletivo 2019-2021 porém a Data Base será definida em momento posterior.</i></p>
<p>4ª - DEMISSÃO ANTES DATA BASE: Nas demissões ocorridas no período de 02 (dois) de março a 01 (um) de abril, será paga multa de 01 (um) salário nominal, conforme Lei nº 7238/84 art. 9º e Enunciado TST nº 314 – Resolução 6/1993 – DJ 22/09/1993.</p>	<p>4ª DEMISSÃO ANTES DATA BASE: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>5ª - ADMISSÃO APÓS DATA-BASE: Na admissão após data base, será considerado o salário do emprego estabelecido na tabela salarial da Companhia, integralmente reajustado com os índices aprovados no Acordo Coletivo.</p>	<p>5ª ADMISSÃO APÓS DATA-BASE: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>6ª - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO: A diretoria da Companhia poderá autorizar a substituição temporária de Coordenadores e Gerentes, com pagamento de gratificação de função proporcional aos dias em exercício, respeitando-se os percentuais de 10,00% ou 20,00% respectivamente, sobre o salário nominal do empregado que assumir a função. Parágrafo Primeiro: Na hipótese de empregado que já exerça função gratificada, será devida a diferença apurada entre a que recebe e a da função que substituirá. Parágrafo Segundo: Será considerado período de substituição aquele igual ou superior a 10 (dez) dias.</p>	<p>6ª SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>7ª - PCS – PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS: A diretoria da Cohab elaborará em 90 dias após a assinatura deste (18/12/2017) estudo de viabilidade de continuação da implantação do Plano de Empregos e Salários já formulados.</p>	<p>7ª PCS – PLANO DE EMPREGOS E SALÁRIOS: <i>A COHAB Campinas compromete-se a apresentar, discutir efetivamente e integralmente o Plano de Empregos e Salários a partir de 120 dias após a assinatura deste presente acordo.</i></p>
<p>8ª – QUINQUÊNIO: A cada 5 (cinco) anos completados de efetivo exercício na empresa, a COHAB/CAMPINAS pagará ao empregado, a título de quinquênio, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do salário-base, de forma não cumulativa. Parágrafo Único: O empregado terá direito ao recebimento do benefício que trata o “caput” desta cláusula, no mês subseqüente ao mês que completar o período aquisitivo.</p>	<p>8ª – QUINQUÊNIO: <i>A COHAB Campinas propõe que a manutenção do quinquênio seja discutida futuramente junto com as discussões do Plano de Empregos e Salários.</i></p>
<p>9ª – PPR – PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: Empregados e a COHAB/CAMPINAS terão o prazo de 60 (sessenta) dias para a implementação da medida que trata da participação dos trabalhadores nos resultados da empresa, sendo que para tal fim deverá ser formada em 15 (quinze) dias a partir da assinatura desse Acordo Coletivo de Trabalho, uma comissão composta por 03 (três) empregados eleitos pelos trabalhadores e igual número de membros pela empresa (empregados ou não), no prazo acima estabelecido, concluir estudo sobre a Participação nos Resultados, fixando critérios objetivos para sua apuração, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal. Parágrafo Único: A cláusula nona deverá ficar em suspenso até a próxima data-base (01/05/2020), quando será reavaliada a situação de autonomia econômico-financeira da Companhia para absorver esse investimento, haja vista que, na atualidade não seria possível a sua aplicação.</p>	<p>9ª – PPR – PLANO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>10 - VALE REFEIÇÃO: A COHAB/CAMPINAS, fornecerá a seus empregados uma alimentação subsidiada em 100% (cem por cento), que consistirá em VALE REFEIÇÃO ou VALE ALIMENTAÇÃO no valor mensal de R\$ 1.189,67 (mil cento e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos). Parágrafo Primeiro: Anualmente e no mês de dezembro de cada ano, a empresa concederá a título de bonificação, um crédito adicional, no mesmo valor do já existente de \$ 1.189,67 (mil cento e oitenta e nove reais e sessenta e sete centavos) a todos os empregados que usufruírem do benefício de vale alimentação/refeição, que deverá ser pago até o dia 15 (quinze) do mês de dezembro. Parágrafo Segundo: O empregado terá direito aos vales de que trata o “caput” deste artigo, quando do gozo das férias, em licença médica, acidente do trabalho e licença maternidade. Parágrafo Terceiro: As verbas objeto desta cláusula não possuem natureza salarial e, dessa forma, não serão incorporadas à remuneração dos empregados da COHAB para cálculo de qualquer verba trabalhista, previdenciária ou fundiária.</p>	<p>10ª VALE REFEIÇÃO: <i>O vale refeição ou vale alimentação será reajustado em 6% a partir do mês de julho de 2019.</i> Alterado o parágrafo Primeiro: <i>O 13º vale refeição ou vale alimentação será substituído por um abono no mês de dezembro de 2019 no valor de R\$246,30.</i></p> <p><i>Mantidos os demais parágrafos.</i></p>
<p>11- CESTA BÁSICA: A empresa fornecerá vale alimentação no valor de R\$ 199,41 (cento e noventa e nove reais e quarenta e um centavos), reajustado a partir de 01/05/2018 Parágrafo Primeiro: O benefício que trata o “caput” será concedido aos empregados cujo salário base acrescido do valor do vale refeição/alimentação, não ultrapassar R\$ 2.244,48 (dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), Parágrafo Segundo: O subsídio da empresa no benefício que trata o “caput” deste artigo será de 100,00% (cem por cento); Parágrafo Terceiro: O valor da cesta básica será disponibilizado em cartão magnético do vale alimentação ou refeição, em conformidade com a opção do empregado. Parágrafo Quarto: As verbas objeto desta cláusula não possuem natureza salarial e, dessa forma, não serão incorporadas à remuneração dos empregados da COHAB para cálculo de qualquer verba trabalhista, previdenciária ou fundiária.</p>	<p>11ª CESTA BÁSICA: <i>Mantido o texto original.</i> Porém não aplicado no momento.</p>
<p>12 – HORAS EXTRAS: Através deste Acordo Coletivo as partes subscritoras estabelecem que na realização de horas extraordinárias realizadas pelos empregados, desde que previamente autorizado pela Diretoria, terão os seguintes acréscimos:</p>	<p>12ª HORAS EXTRAS: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>a) 50,00% (cinquenta por cento) para o pagamento das horas extraordinárias trabalhadas de segunda-feira a sexta-feira;</p> <p>b) 100,00% (cem por cento) para o pagamento das horas extraordinárias trabalhadas sábados, domingos e feriados;</p> <p>c) 50,00% (cinquenta por cento) para a compensação das horas extraordinárias trabalhadas de segunda-feira a sexta-feira;</p> <p>d) 100,00% (cem por cento) para a compensação das horas extraordinárias trabalhadas aos sábados, domingos e feriados.</p> <p>Parágrafo Primeiro: Entende-se por “hora extraordinária” o período de trabalho superior a jornada de trabalho contratada.</p> <p>Parágrafo Segundo: Os adicionais serão calculados com base no valor do salário nominal do empregado.</p>	
<p>13 – VALE REFEIÇÃO NAS HORAS EXTRAS:</p> <p>Com devida autorização de Coordenadoria e Gerência, quando da prestação de 02 (duas) horas extras ou mais de trabalhos extraordinários em dias úteis e 04 (quatro) horas nos finais de semana e feriados, será fornecido gratuitamente aos empregados 01 (um) Vale Refeição de valor facial igual dos vales recebidos mensalmente.</p> <p>Parágrafo Único: O Vale Refeição relativo às horas extras efetuada será pago no mês seguinte ao da prestação de serviço, respeitando as datas de fechamento da folha de pagamento desde que o horário extraordinário tenha sido previamente autorizado.</p>	<p>13ª - VALE REFEIÇÃO NAS HORAS EXTRAS :</p> <p><i>A Empresa suspende na íntegra, temporariamente, até segunda ordem a aplicação desta cláusula.</i></p>
<p>14 – PAGAMENTO DE SALÁRIOS:</p> <p>A COHAB/CAMPINAS efetuará o pagamento dos salários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, no mês seguinte ao de competência.</p>	<p>14ª – PAGAMENTO DE SALÁRIOS:</p> <p><i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>15 – ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS</p> <p>A empresa concederá aos seus empregados, até o dia 16 de cada mês um adiantamento salarial de, no mínimo, 40,00% (quarenta por cento) da remuneração percebida no mês. Quando o dia 16 coincidir com sábados, domingos ou feriados, o adiantamento salarial de que trata este artigo será efetuado no primeiro dia útil imediatamente anterior.</p>	<p>15ª – ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS:</p> <p><i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>16 – AUSÊNCIA JUSTIFICADA: O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de seu salário:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Até 05 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, viva sob sua responsabilidade econômica;b) Até 05 (cinco) dias úteis em razão de seu casamento, contados da data da realização da cerimônia civil ou religiosa, a critério do empregado;c) Até 04 (quatro) dias, a cada 12 (doze) meses de trabalho efetivo, em caso de doação voluntária de sangue, devidamente comprovada;d) Por 05 (cinco) dias consecutivos quando do nascimento de filho, os quais deverão ser usufruídos a partir da data do nascimento;e) Por 01 (um) dia, com a finalidade de obtenção do Título Eleitoral;f) Por 01 (um) dia, em caso de internação hospitalar do(a) cônjuge, companheiro(a) ou filho(a) menor de idade, devidamente comprovado;g) Por 1/2 (meia) jornada de trabalho para o recebimento do PIS/PASEP, desde que o respectivo pagamento não se efetue pela empresa ou posto bancário nela localizado.h) Será abonado o período (constante do atestado) de ausência dos empregados no trabalho, para acompanhamento de dependentes, mediante apresentação de atestado fornecido por profissional de assistência médica ou odontológica. O abono a que se refere este item está limitado a 06 (seis) atestados médicos/odontológicos, no ano.i) Não serão descontadas as ausências ao trabalho por motivo de força maior, sendo considerados nestes casos os seguintes eventos: enchente, paralisação total ou parcial dos meios de transportes, catástrofes, ou outros motivos, entendendo como força maior todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregado, e para realização do qual este não concorreu, direta ou indiretamente;j) Saída antecipada em 01 (uma) hora, para os empregados estudantes, nos dias de realização de prova bimestral e oficial, desde que comunicado à coordenadoria respectiva com o mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, sendo obrigatória comprovação posterior à Coordenadoria de Recursos Humanos.	<p>16ª – AUSÊNCIA JUSTIFICADA: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>17 - COMPENSAÇÃO DE HORAS: A COHAB/CAMPINAS elaborará calendário de compensação de horário até Dezembro de cada ano.</p>	<p>17ª - COMPENSAÇÃO DE HORAS: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>Parágrafo Único: Nos dias 24 (vinte e quatro), 31 (trinta e um) de dezembro, terça-feira de Carnaval, quarta-feira de Cinzas, Finados e Corpus Christi será concedido abono integral a todos os empregados, sem prejuízo do DSR (descanso semanal remunerado).</p>	
<p>18 - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO: O adiantamento da primeira parcela do 13º (décimo terceiro) salário deverá ser paga até o dia 30 de Novembro e a 2ª parcela, até o dia 20 de Dezembro. Parágrafo Único: Havendo disponibilidade de recursos a Diretoria poderá autorizar, a seu critério e excepcionalmente, a antecipação do pagamento da 1ª parcela do 13º salário junto com as férias dos empregados.</p>	<p>18ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>19 - FÉRIAS: O início do gozo de férias deverá sempre ocorrer no primeiro dia útil da semana, devendo o empregado ser avisado, do seu início, com 30 (trinta) dias de antecedência, ressalvados os interesses do próprio empregado em iniciar suas férias em outro dia da semana e da política anual de férias da empresa. Sempre que solicitado pelo SINCOHAB, a COHAB/CAMPINAS fornecerá a relação anual das férias de seus empregados e os critérios para usufruí-las. Parágrafo Primeiro: Quando a empresa, por motivo justificado, cancelar férias por ela previamente comunicadas deverá reembolsar o empregado das despesas não restituíveis, que ele tenha comprovadamente realizadas no período dos 30 (trinta) dias de aviso e destinadas ao gozo de suas férias. Parágrafo Segundo: Quando porventura, durante o período do gozo de férias, existirem dias já compensados, estas deverão ser prolongadas com o acréscimo dos mesmos. Parágrafo Terceiro: Na eventualidade da COHAB/CAMPINAS vir a conceder férias coletivas para seus empregados, os dias 24, 25 e 31 de dezembro e 01 de janeiro não serão descontados. . Na eventualidade da COHAB/Campinas, conceder férias coletivas, os dias 24, 25 e 31 de dezembro não serão descontados.</p>	<p>19ª - FÉRIAS: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>20 – FRACIONAMENTO DE FÉRIAS: Será facultado aos empregados, o fracionamento do período de gozo de férias. Parágrafo Único: Somente em casos excepcionais, previamente autorizados, serão as férias concedidas em, no máximo, dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 14 (quatorze) dias corridos e desde que não haja acumulação de seus períodos aquisitivos, nem</p>	<p>20ª – FRACIONAMENTO DE FÉRIAS: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>acumulação de gozo de férias com os demais empregados da mesma coordenadoria/departamento.</p>	
<p>21 - FRAÇÃO DO PERÍODO AQUISITIVO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO: Na licença sem vencimentos, será respeitada, para efeito de cômputo de férias e 13º salário, a fração de período aquisitivo já transcorrido.</p>	<p>21ª FRAÇÃO DO PERÍODO AQUISITIVO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>22 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA Os empregados contratados através de concurso público ficarão sujeitos ao período de experiência de 45 dias, prorrogáveis por igual período, não podendo ultrapassar o prazo de 90 dias. Parágrafo Único: Nos casos de readmissão através de concurso público, para a mesma função imediatamente exercida, não será celebrado contrato de experiência.</p>	<p>22ª CONTRATO DE EXPERIÊNCIA: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>23 - ESTABILIDADE PARA ADOTANTE Para adoção de crianças com idade entre 0 (zero) até completar, 03 (três) anos, será concedido ao adotante, um período de estabilidade no emprego de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da obtenção do direito de guarda. Parágrafo Único: Quando ambos os pais forem funcionários da empresa, a estabilidade será concedida a apenas um deles, que deverão optar entre si pelo exercício do direito.</p>	<p>23ª ESTABILIDADE PARA ADOTANTE: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>24 - EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR Serão garantidos o emprego e o salário ao empregado em idade de prestação de serviço militar, desde o alistamento até os 30 (trinta) dias após o desligamento da unidade em que serviu. Parágrafo Primeiro: A garantia do emprego será extensiva ao empregado que estiver servindo no Tiro de Guerra. Havendo coincidência entre o horário da prestação do Tiro de Guerra com o horário de trabalho, o empregado não sofrerá desconto do D.S.R. (descanso semanal remunerado), e de feriados respectivos, em razão das horas não trabalhadas por esse motivo. A estes empregados será obrigatória a prestação de serviços no restante da jornada.</p>	<p>24ª EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MILITAR: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>Parágrafo Segundo: Esses empregados não poderão ser despedidos, a não ser por prática de falta grave, ou mútuo acordo entre o empregado e o empregador, com a assistência do respectivo sindicato representativo da categoria.</p>	
<p>25 - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA A COHAB/CAMPINAS concederá estabilidade provisória aos empregados que necessitem de até, 24 (vinte e quatro) meses para aquisição de aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do artigo 201, parágrafo 7º, inciso I, da Constituição Federal e respectiva legislação previdenciária regulamentadora, desde que devidamente comprovada, e conte o empregado com 24 (vinte e quatro) meses contínuos de trabalho na empresa. Parágrafo Único: O empregado em vias de aposentadoria, prevista no “caput” desta cláusula, não poderá ser demitido, a não ser em razão de falta grave, ou por mútuo acordo entre empregado e empregador, ou encerramento de atividade do empregador, sendo que, nestas duas últimas hipóteses, com assistência do respectivo sindicato representativo da categoria.</p>	<p>25ª - EMPREGADOS EM VIAS DE APOSENTADORIA: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>26 - LICENÇA PARA ADOTANTE: Para adoção de crianças com idade entre 0 (zero) ano até completar 2 (dois) anos, será concedido ao adotante, um período de licença com vencimentos de até 120 (cento e vinte) dias, contados da obtenção do direito de guarda, nos seguintes termos: a) Adoção de criança 0 (zero) mês até 24 (vinte e quatro) meses: 120 (cento e vinte) dias; b) Adoção de criança de 24 (vinte e quatro) meses e 01 (um) dia à 06 (seis) anos: 90 (noventa) dias; c) Adoção de criança de 06 (seis) anos e 01 (um) dia a 18 (dezoito) anos: 30 dias. Parágrafo Primeiro – Quando ambos os pais forem funcionários da empresa, a estabilidade será concedida a apenas um deles, que deverão optar entre si pelo exercício do direito.</p>	<p>26ª - LICENÇA PARA ADOTANTE: <i>A COHAB Campinas propõe período único de 180 dias e as faixas etárias ficam igualadas em 0 a 6 anos para qualquer situação.</i></p>
<p>27 - LICENÇA SEM VENCIMENTOS: A empresa apreciará pedidos de licença, sem vencimentos, aos empregados que a solicitarem por escrito explicitando o motivo. Parágrafo Primeiro: A concessão ou não da licença será decidida pela empresa em prazo nunca superior a 10 (dez) dias da efetivação do pedido.</p>	<p>27ª - LICENÇA SEM VENCIMENTOS: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>Parágrafo Segundo: Não serão apreciados pedidos de licença com prazo inferior a 12 (doze) meses.</p> <p>Parágrafo Terceiro: Não terão direito à licença, funcionários com menos de 24 (vinte e quatro) meses de trabalho na empresa.</p> <p>Parágrafo Quarto: O prazo de licença é de 12 (doze) meses, podendo ser renovado por igual período. Após, transcorrido o período autorizado, o funcionário deverá reassumir suas funções na empresa, sem direito a renovação ou novo período de licença.</p> <p>Parágrafo Quinto: Na licença sem vencimentos serão respeitados, para efeito do cômputo de férias e 13º salário, a fração de período aquisitivo já transcorrido.</p> <p>Parágrafo Sexto: Casos excepcionais, a critério da diretoria, poderão ser analisados.</p>	
<p>28 - AUXÍLIO CRECHE/BABÁ: A COHAB/CAMPINAS concederá auxílio-creche no valor unitário de R\$ 392,40 (trezentos e noventa e dois reais e quarenta centavos), mediante apresentação de nota fiscal da mensalidade escolar, ou documento fiscal equivalente, aos empregados que tenham filho(s) ou mantenham criança(s) sob sua guarda, com Termo de Responsabilidade, de Guarda, de Adoção Definitiva ou documento equivalente, com idade entre 0 (zero) meses a 7 (sete) anos, autorizado o uso para pagamento do transporte escolar, creche ou babá, sendo que o empregado beneficiado deverá apresentar nota fiscal ou similar emitida pelo prestador de serviço.</p> <p>Parágrafo primeiro: A COHAB/CAMPINAS concederá igual auxílio aos empregados(as) que tenham filhos portadores de Necessidades Especiais, desde que esta condição seja comprovada por relatório médico.</p> <p>Parágrafo segundo: O auxílio tratado no caput não será concedido durante o período de licença maternidade.</p> <p>Parágrafo terceiro: O auxílio de que trata essa cláusula não é cumulativo em razão da caracterização de mais de uma modalidade de ocorrência para o mesmo funcionário, sendo pago como parcela única. Será concedido o auxílio para creche, ou para babá ou para transporte.</p> <p>Parágrafo quarto: O valor do auxílio babá será de apenas um benefício se houver filho com idade entre 0 e 4 anos, não acumulável pela quantidade de filhos.</p> <p>Parágrafo quinto: O empregado beneficiado deverá apresentar nota fiscal ou similar emitida pelo prestador do serviço.</p>	<p>28ª - AUXÍLIO CRECHE/BABÁ: <i>O auxílio creche/babá será reajustado em 6% a partir de julho de 2019.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>29 – LICENÇA MATERNIDADE: A COHAB/CAMPINAS compromete-se estudar a possibilidade de conceder à empregada gestante, licença maternidade remunerada de 180 (cento e oitenta) dias, ficando assegurado, nesse caso, também, o mesmo em relação ao 13º (décimo terceiro) salário e ao Vale-alimentação/Refeição, conforme Lei 11.770/2008.</p>	<p>29ª – LICENÇA MATERNIDADE: <i>A COHAB Campinas aceita a concessão à empregada gestante, licença maternidade remunerada de 180 (cento e oitenta) dias, ficando assegurado, nesse caso, também, o mesmo em relação ao 13º (décimo terceiro) salário e ao Vale-alimentação/Refeição, conforme Lei 11.770/2008.</i></p>
<p>30 - IMPEDIMENTO DE ATOS DISCRIMINATÓRIOS NA ADMISSÃO E DEMISSÃO São proibidos todos os usos e práticas discriminatórias quanto ao sexo, estado civil, raça, religião, idade e opção sexual, opinião política, filiação partidária e sindical na admissão e demissão de empregados. Parágrafo Único: São especialmente proibidos os testes laboratoriais de gravidez e AIDS para efeito de admissão.</p>	<p>30ª IMPEDIMENTO DE ATOS DISCRIMINATÓRIOS NA ADMISSÃO E DEMISSÃO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>31 - CONVÊNIO MÉDICO: A empresa manterá o sistema de convênio médico vigente, com manutenção do subsídio atualmente praticado, por faixa salarial, podendo o mesmo ser alterado, de comum acordo entre a empresa e empregados com a participação do Sincohab.</p>	<p>31ª CONVÊNIO MÉDICO: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>32 - VALE TRANSPORTE: Aos empregados que residam em outro município e utilizem linha regular de transporte coletivo interurbano para o deslocamento residência-trabalho e vice-versa, será aplicado o critério da lei do vale-transporte. Parágrafo Único: O vale-transporte será concedido no último dia útil do mês antecedente ao mês de benefício.</p>	<p>32ª VALE TRANSPORTE: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>33 - COMPLEMENTO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO: Será assegurada ao empregado em gozo de benefício previdenciário, por acidente de trabalho ou doença, complementação do valor do benefício até o limite do salário a que faria jus se estivesse em atividade. A complementação referida neste item abrange inclusive o 13º (décimo terceiro) salário.</p>	<p>33ª COMPLEMENTO DE AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>Parágrafo Primeiro: A concessão desse benefício está limitada em 06 (seis meses) para afastamentos por doença e em 12 (doze meses) para afastamentos por acidente do trabalho.</p> <p>Parágrafo Segundo: O empregado que for afastado de suas funções, em decorrência de acidente de trabalho ou auxílio-doença por período superior a 15 (quinze) dias, terá garantido o recebimento integral de sua remuneração, até que seja realizado, pela previdência social, o pagamento do benefício a que tem direito. Quando do recebimento do benefício, o empregado fará o reembolso do valor correspondente ao empregador, dentro do prazo máximo de cinco dias.</p> <p>Parágrafo Terceiro: O empregado assinará termo de responsabilidade pelo qual se compromete a reembolsar, o valor correspondente a COHAB/CAMPINAS, do valor recebido a título</p> <p>Parágrafo Quarto: Ficam assegurados aos empregados afastados para tratamento médico, todos os benefícios concedidos aos empregados do quadro permanente da empresa, bem como serão reembolsadas as despesas relativas a acidente de trabalho e doença ocupacional, não cobertas pelo convênio médico contratado pela Cohab, ou pelo INSS.</p>	
<p>34 - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES:</p> <p>A empresa fará um seguro de vida e acidentes em grupo, em favor dos seus empregados, tendo como favorecidos os mesmos beneficiários legalmente identificados junto ao INSS ou através de declaração do IRPF, observados as seguintes coberturas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">a) R\$ 70.000,00 de indenização por morte de qualquer causab) R\$ 70.000,00 de indenização por invalidez total ou parcial por acidentec) R\$ 35.000,00 de indenização por morte do cônjuge do segurado, qualquer que seja a causa.d) R\$17.500,00 de indenização por morte do(a) filho(a) do segurado, qualquer que seja a causa. <p>Parágrafo Primeiro: De acordo com a data da vigência da Apólice Contratada, as coberturas acima estipuladas terão vigência a partir de 01/08/2018.</p>	<p>34ª - SEGURO DE VIDA E ACIDENTES: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>35 – Auxílio Funeral:</p> <p>A COHAB/CAMPINAS pagará, a título de auxílio-funeral, a importância de R\$ 8.994,13 (oito mil novecentos e noventa e quatro reais) para custear as despesas decorrentes de falecimento de empregados e seus dependentes diretos, quais sejam; filhos, cônjuge ou</p>	<p>35ª – Auxílio Funeral: <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>união estável, bem como no caso de outros dependentes, desde que declarados na Declaração de Imposto de Renda (IRPF), e no caso de Isentos, mediante declaração de próprio punho, sob as penas da lei.</p> <p>Parágrafo Primeiro: O pagamento de que trata o “caput” deverá ser efetuado até 15 (quinze) dias após a apresentação da Certidão de Óbito.</p> <p>Parágrafo Segundo: O referido benefício será estendido a pai e mãe do empregado que comprove dependência econômica desses ascendentes</p>	
<p>36 - BANCO DE TRANSFERÊNCIA</p> <p>Em conformidade com o Plano de Carreiras (Resolução 02/05 – item 1.3) levando em consideração as normas de Concurso Público, a movimentação de pessoal ocorre quando um empregado é solicitado a prestar serviços em outro departamento ou coordenadoria.</p> <p>Parágrafo Primeiro: A movimentação de pessoal poderá ocorrer desde que o empregado exerça o mesmo tipo de atividade que consta em sua descrição de emprego, em razão de que não haverá mudança de função ou salário.</p> <p>Parágrafo Segundo: Para a efetivação de movimentação de pessoal, o departamento/coordenadoria deverá preencher formulário próprio e encaminhar para a Coordenadoria de Recursos Humanos.</p> <p>Parágrafo Terceiro: A movimentação de pessoal somente poderá ocorrer mediante a concordância entre os departamentos/coordenadorias requisitantes, cedente, Coordenadoria de Recursos Humanos e autorização da Diretoria.</p>	<p>36ª BANCO DE TRANSFERÊNCIA <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>37 - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA</p> <p>Nos casos de dispensa do contrato de trabalho, sem justa causa, a comunicação de dispensa obedecerá ao seguinte critério:</p> <p>a) A dispensa será comunicada pela empresa, ao empregado, por escrito, contrarrecibo assinado pelo mesmo, esclarecendo se o aviso prévio será trabalhado ou indenizado, com a indicação do dia, hora e local para o recebimento das verbas rescisórias.</p> <p>b) A empresa é obrigada a fornecer na data da homologação da rescisão contratual, a relação das contribuições previdenciárias; guia do depósito referente à multa do FGTS conforme o percentual vigente a época da dispensa nos termos da lei que trata do FGTS, Perfil Profissiográfico Previdenciário e atestado de saúde demissional do empregado, sob pena de não homologação da dispensa por parte do sindicato.</p>	<p>37ª COMUNICAÇÃO DE DISPENSA <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>c) O empregado dispensado por justa causa deverá ser comunicado do fato, por escrito, com a indicação dos motivos da dispensa.</p>	
<p>38 - SINDICANCIA / INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nos casos de sindicância/inquérito administrativo, fica assegurado o direito ao empregado de estar acompanhado em seu depoimento, bem como de ser comunicado da data de sua realização com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.</p>	<p>38ª SINDICÂNCIA / INQUÉRITO ADMINISTRATIVO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>39 - ATESTADO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO A COHAB/CAMPINAS fornecerá, a pedido dos arquitetos e engenheiros, para fim de acervo técnico, atestado de experiência adquirida a serviço da empresa; participação em estudos; planos e projetos; obras e serviços; participações em congressos e seminários; atividades de ensino e pesquisa de acordo com as exigências do CREA. Parágrafo Único: A COHAB/CAMPINAS deverá mencionar nas ARTs devidas os nomes de todos os profissionais envolvidos, com registro profissional.</p>	<p>39ª ATESTADO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>40 - CARTA DE REFERÊNCIA No ato da rescisão contratual, a COHAB/CAMPINAS, quando solicitada, deverá fornecer ao empregado carta de referência onde deverá constar a relação dos trabalhos realizados e cursos de que tenham participado na empresa.</p>	<p>40ª CARTA DE REFERÊNCIA <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>41 - DIVULGAÇÃO DAS NORMAS A empresa distribuirá a seus empregados, informativos contendo as normas e procedimentos em vigor</p>	<p>41ª DIVULGAÇÃO DAS NORMAS <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>42 - PAGAMENTO DE FALTA JUSTIFICADA POR ATESTADO MÉDICO Quando houver compensação de horas, a ausência justificada por atestado médico será paga com base na jornada correspondente ao dia da ausência.</p>	<p>42ª PAGAMENTO DE FALTA JUSTIFICADA POR ATESTADO MÉDICO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>43 - ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS Serão reconhecidos os Atestados Médicos e/ou Odontológicos desde que os mesmos consignem o dia e o horário de atendimento do empregado, o carimbo e a assinatura do seu emissor. Parágrafo Primeiro: Serão aceitos atestados de outros convênios que não o utilizado pelos empregados COHAB/CAMPINAS, bem como os de médico particular.</p>	<p>43ª ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>44 - PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA A COHAB/CAMPINAS compromete-se a não fazer restrições para admissão de Portadores de Necessidades Especiais conforme lei Nº8.213, de 24 de julho de 1991.</p>	<p>44ª PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>45 - AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO Fica permitido a COHAB/CAMPINAS, o desconto, em folha de pagamento, desde que expressamente autorizado pelo empregado, de despesas correspondentes a; seguro de vida em grupo, vale-transporte, planos médico/odontológicos, vale-alimentação ou refeição, convênio com supermercados, medicamentos, convênios com assistência médica, clube/agremiações, prestação de financiamentos contratados com entidades bancárias que estejam dentro das normas e com a anuência da Cohab-Campinas.</p>	<p>45ª AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>46 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA A COHAB/CAMPINAS fornecerá assistência jurídica gratuita ao empregado que dela necessitar, em razão de fatos ocorridos no exercício de atividade profissional, quando a serviço da COHAB/CAMPINAS. Parágrafo Único: A escolha da forma de representação de assistência jurídica ao funcionário ficará ao exclusivo critério da COHAB. Caso o empregado não concorde com a definição da COHAB, poderá escolher outro profissional que melhor o possa atender, hipótese em que arcará com os custos da assistência jurídica sem direito a qualquer reembolso por parte da Companhia.</p>	<p>46ª ASSISTÊNCIA JURÍDICA A COHAB Campinas propõe a retirada da presente cláusula na íntegra mas assegura manter a assistência jurídica nos casos que forem julgados como pertinentes pela própria diretoria da Empresa.</p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>47 - FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL</p> <p>a) A COHAB/CAMPINAS implantará política de treinamento técnico aos empregados com a promoção de cursos, eventos e seminários.</p> <p>b) A COHAB/CAMPINAS se compromete a divulgar, amplamente, sua política de treinamento, bem como as previsões dos cursos, eventos e seminários incentivando a participação de seu corpo técnico.</p> <p>c) A COHAB/CAMPINAS promoverá intercâmbio tecnológico entre profissionais na área de interesse social, como forma de aperfeiçoamento do corpo técnico.</p> <p>d) A COHAB/CAMPINAS poderá conceder aos empregados à possibilidade de participarem de eventos, cursos e seminários (especialização, mestrado ou doutorado) dentro de suas atividades profissionais em assunto ou projeto de interesse da empresa, não descontando do salário os dias/horas diárias concedidas e nem obrigando a compensação até o limite de 32 horas mensais, desde que devidamente autorizados.</p>	<p>47ª FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>48 - AUTOMAÇÃO</p> <p>Diante de novas tecnologias que implique a automação dos meios de produção, a empresa compromete-se a fornecer treinamento para que seus empregados adquiram melhores qualificações nos novos métodos de trabalho.</p> <p>Parágrafo Único: A empresa dará conhecimento aos Sindicatos Profissionais diferenciados, onde houver, quando formalmente solicitado, do seu plano de automação dos métodos de trabalho, especificando o programa a ser seguido, os equipamentos e métodos a serem utilizados.</p>	<p>48ª AUTOMAÇÃO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>49 - GARANTIAS DO EMPREGADO PARA HIPÓTESE DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA NA REGIÃO</p> <p>Se a COHAB/CAMPINAS, por qualquer motivo tiver que encerrar suas atividades, obriga-se a comunicar o fato aos empregados e ao Sindicato da categoria, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sem prejuízo do aviso prévio.</p>	<p>49ª GARANTIAS DO EMPREGADO PARA HIPÓTESE DE ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA NA REGIÃO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>50 - PROMOÇÕES</p> <p>Todas as promoções acompanhadas ou não de aumentos salariais, serão anotadas na Carteira do Trabalho e Previdência Social - CTPS, além de outras informações pertinentes.</p>	<p>50ª PROMOÇÕES <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>51 - NOMENCLATURA DE EMPREGOS E FUNÇÕES O empregado que exerça emprego ou função que exija formação universitária e que tenha titulação e/ou registros competentes, terá sua CTPS registrada na respectiva formação em complemento a denominação, do seu cargo ou função</p>	<p>51ª NOMENCLATURA DE EMPREGOS E FUNÇÕES <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>52 - MENSALIDADE ASSOCIATIVA A empresa descontará a mensalidade associativa diretamente de seus empregados, conforme deliberação da assembleia geral dos empregados, desde que por eles autorizadas por escrito. O valor do desconto das mensalidades será depositado em conta bancária do sindicato beneficiado, através de guia própria fornecida pelo mesmo, até o 6º dia subsequente a competência do salário. A relação nominal dos empregados para controle da entidade será encaminhada ao Sindicato Profissional após o recolhimento.</p>	<p>52ª MENSALIDADE ASSOCIATIVA <i>Mantido o texto original.</i></p> <p>O tema está em decisão judicial em instâncias superiores.</p>
<p>53 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL A empresa descontará em folha de pagamento a contribuição assistencial no valor de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), de seus empregados, conforme deliberação da assembleia geral dos empregados. O recolhimento será efetuado até o 6º (sexto) dia útil do mês subsequente ao do desconto no pagamento dos salários, mediante apresentação das guias de recolhimento respectivas e contas bancárias designadas pelas entidades acordantes. A empresa se obriga a enviar no mesmo prazo relação nominal dos empregados para a entidade com o valor da contribuição correspondente. Parágrafo Primeiro: No prazo de dez dias após a assinatura do presente Acordo Coletivo, será garantido aos empregados o direito de oposição ao desconto, desde que protocolada pessoalmente carta de próprio punho no Sindicato. Parágrafo Segundo: O Sindicato deverá em 03 (três) dias úteis enviar cópia da carta a Coordenadoria de Recursos Humanos da COHAB/CAMPINAS para que se cesse todo e qualquer desconto.</p>	<p>53ª CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL <i>Mantido o texto original.</i></p> <p>O tema está em decisão judicial em instâncias superiores.</p>
<p>54 - ASSEMBLÉIAS NA COHAB/CAMPINAS A COHAB/CAMPINAS permitirá, mediante prévia solicitação do Sindicato Profissional, a realização da Assembleia dentro do seu recinto.</p>	<p>54ª ASSEMBLÉIAS NA COHAB/CAMPINAS A COHAB Campinas concorda com o texto original desde que em horário fora do expediente.</p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>55 - SINDICALIZAÇÃO Quando solicitado por escrito, a COHAB/CAMPINAS autorizará duas vezes por ano, em dias e horários previamente fixados, que os sindicatos profissionais realizem suas campanhas de sindicalização junto aos empregados</p>	<p>55ª SINDICALIZAÇÃO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>56 – LICENÇA A ASSOCIADO DO SINDICATO: Serão abonadas ou compensadas, 06 (seis) ausências por ano ao empregado sindicalizado, eleito para participar, na qualidade de representante, do Congresso anual da categoria, desde que comunicado com antecedência mínima de 72 horas. Parágrafo Único: A categoria terá no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) empregados representantes, mediante acordo entre as partes. Par. Único – mínimo de 3 e máximo de 7 representantes, conforme acordo entre as partes</p>	<p>56ª – LICENÇA A ASSOCIADO DO SINDICATO: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>57 - HOMOLOGAÇÃO As rescisões de contrato de trabalho serão feitas, preferencialmente, sob assistência do Sindicato Profissional. Parágrafo Único: A COHAB/CAMPINAS deverá solicitar o agendamento de horário, por escrito, constando o nome do empregado, a data de admissão e a de demissão bem como o cargo exercido, CTPS atualizada, exame médico demissional, comprovante de depósito do FGTS dos últimos três meses e guia de recolhimento da multa de 40% sobre o FGTS.</p>	<p>57ª HOMOLOGAÇÃO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>58 - COPIA DA RAIS A empresa, no prazo de 30 (trinta) dias após sua emissão, fornecerá, uma vez por ano, ao Sindicato dos Empregados, uma cópia da RAIS, ou através de suporte magnético, mediante entendimento prévio com o sindicato.</p>	<p>58ª COPIA DA RAIS <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>59 - TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO A COHAB/CAMPINAS, quando da admissão de empregados, deverá treiná-los e esclarecer-lhes, antes do início de suas atividades, sobre: a) Utilização e higienização dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, de acordo com a NR. 6;</p>	<p>59ª TREINAMENTO EM SEGURANÇA DO TRABALHO <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>b) Os riscos nos locais de trabalho e prevenção de acidentes; c) Os produtos químicos existentes nos locais de trabalho e seus efeitos sobre o organismo; d) O primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, preferencialmente, ao conhecimento da utilização do equipamento de proteção individual (EPI), e das eventuais áreas de risco, bem como, ainda, das atividades a serem exercidas.</p>	
<p>60 - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO A COHAB/CAMPINAS enviará ao Sindicato cópia do registro do SESMT, junto ao Ministério do Trabalho, onde deverão constar os nomes dos profissionais e a especialidade, bem como os levantamentos ambientais que realizará com instrumentos necessários para tal.</p>	<p>60ª SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>61 - EXAME MÉDICO A COHAB/CAMPINAS realizará exames médicos admissionais, periódicos e demissionais com base no que dispõe a NR-7.</p>	<p>61ª EXAME MÉDICO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>62 - PROTEÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL A empresa assegurará condições de salubridade, através de equipamentos coletivos de segurança. Os EPIs somente serão admitidos na absoluta impossibilidade técnica de implantação dos Equipamentos de Proteção Coletivos - EPCs, ou durante a implantação destes.</p>	<p>62ª PROTEÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>63 - FORNECIMENTO DE UNIFORME E ROUPAS DE TRABALHO A Empresa se obriga a fornecer gratuitamente a seus empregados, uniforme de trabalho, quando exigido pela empresa na prestação de serviço.</p>	<p>63ª FORNECIMENTO DE UNIFORME E ROUPAS DE TRABALHO <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>64 - ACIDENTE FATAL Em caso de acidente fatal com empregado da COHAB/CAMPINAS, será indicado um representante da empresa e um do respectivo sindicato, para acompanhamento da apuração dos fatos, (junto às autoridades competentes).</p>	<p>64ª ACIDENTE FATAL <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>65 - NR4, NR5, NR7 E NR9 A empresa entregará quando solicitado, cópias do PPRA e do PCMSO ao SINCOHAB.</p>	<p>65ª NR4, NR5, NR7 E NR9 <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>66 - CONDIÇÕES SANITÁRIAS A empresa deverá manter instalações sanitárias compatíveis com o número de funcionários, obrigando-se a mantê-las em bom estado de conservação, asseio e higiene.</p>	<p>66ª CONDIÇÕES SANITÁRIAS: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>67 - ADAPTAÇÃO DE EMPREGADO ACIDENTADO OU PORTADOR DE DOENÇA OPCUPACIONAL Será garantido aos empregados acidentados no trabalho, após alta atestada pelo INSS e cessado o auxílio-acidente/doença, retorno à COHAB/CAMPINAS em função compatível com seu estado físico, sem prejuízo do salário antes percebido, desde que após acidente, apresentem, cumulativamente, redução da capacidade laboral – atestada pelo INSS – e incapacidade de exercer a função que anteriormente exerciam, sendo obrigados, os empregados nesta situação, a participar de processo de readaptação e reabilitação profissional que, quando adquiridos, faz cessar automaticamente a garantia.</p>	<p>67ª ADAPTAÇÃO DE EMPREGADO ACIDENTADO OU PORTADOR DE DOENÇA OPCUPACIONAL: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>68 – CONTROLE DE JORNADA: Em conformidade ao previsto nas Portarias do Ministério do Trabalho nº 1510, de 21/08/2009 e nº 373, de 25/02/2011, bem como nos artigos 74, § 2º e 913 da CLT, a empresa estabelece sistema alternativo de controle da jornada de trabalho, com a concordância do sindicato profissional. Este sistema alternativo de controle de jornada de trabalho apenas representa o atual sistema de controle já utilizado pela empresa.</p>	<p>68ª – CONTROLE DE JORNADA: <i>A compensação do horário flexível deve ser realizada no mesmo dia.</i></p>
<p>69ª - ABRANGÊNCIA As cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho aplicam-se a todos os empregados da COHAB/CAMPINAS, ressalvadas condições mais vantajosas já existentes.</p>	<p>69ª – ABRANGÊNCIA: <i>Mantido o texto original.</i></p>
<p>70ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO O não cumprimento de qualquer cláusula deste ACT acarretará multa de 10% (dez por cento) do piso salarial por infração e por empregado, revertendo seu valor em favor da parte prejudicada, e desde que não haja previsão de outra forma de multa.</p>	<p>70ª - MULTA POR DESCUMPRIMENTO <i>Mantido o texto original.</i></p>

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR DE CAMPINAS
Acordo Coletivo 2019-2021 – Propostas da COHAB-CAMPINAS

<p>71ª – VIGÊNCIA O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 01/05/2017 a 30/04/2019, no que se refere à aplicabilidade das cláusulas sociais e econômicas, quanto aos índices e valores pecuniários valerão pelo período de 1 (um) ano, até 30/04/2018, ressalvados os pagamentos de diferenças já estabelecidas nas respectivas cláusulas. Parágrafo Único: As cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho ficam garantidas até a assinatura do próximo Acordo Coletivo de Trabalho.</p>	<p>71ª – VIGÊNCIA <i>O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 01/05/2019 a 30/04/2021, no que se refere à aplicabilidade das cláusulas sociais e econômicas, quanto aos índices e valores pecuniários valerão pelo período de 1 (um) ano, até 30/04/2020, ressalvados os pagamentos de diferenças já estabelecidas nas respectivas cláusulas.</i> Parágrafo Único: <i>As cláusulas do presente Acordo Coletivo de Trabalho ficam garantidas até a assinatura do próximo Acordo Coletivo de Trabalho.</i> <i>Proposta integralmente aceita por esta COHAB Campinas.</i></p>
<p>72ª – COMPETÊNCIA Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação do presente Acordo Coletivo de Trabalho.</p>	<p>72ª – COMPETÊNCIA: <i>Mantido o texto original.</i></p>

Campinas, 24 de junho de 2019

Vinicius Issa Lima Riverete
Diretor Presidente

Antônio Abreu de Lucena Filho
Diretor Comercial Administrativo e Financeiro

Michele Veloso S. Barbieri
Diretora Jurídica

Jonatha Roberto Pereira
Diretor Técnico